

Alerta Vigilante

Boletim do Sector da Vigilância do PCP



MANIFESTAÇÃO NACIONAL

Marquês de Pombal/Restauradores

20

14.30 horas
LISBOA
NOVEMBRO

Descontentamento crescente 5 medidas urgentes para dignificar os Vigilantes

Cresce o descontentamento dos vigilantes, os baixos salários, o excesso de carga horária, uma carreira profissional que não é minimamente valorizada, desrespeito constante pelos profissionais, o medo e a chantagem que se instalou com castigos ou despedimentos disfarçados através de transmissões de estabelecimento fraudulentas. No início de 2022, numa fase de retoma da economia, queremos ver as condições de vida os vigilantes decentemente valorizados. Os Patrões nunca vão dar nada a ninguém, escondem-se atrás de dificuldades, e impossibilidades. Nunca revelando os seus reais lucros.

Sabemos que em muitos locais de trabalho nem aquilo que é de Lei é respeitado, os patrões vão impondo pequenos a grandes roubos, seja em horas extra pagas como hora normais, escalas ilegais, pagamentos de horas

em tickets de gasolina. A força do patronato, as dificuldades económicas dos vigilantes, a falta de união, facilita estas práticas.

Acreditamos estar para breve o momento em que este descontentamento transborde e se transforme em luta organizada, imponto reais transformações no sector.

É preciso lutar por aquilo que está na lei e não é respeitado, e ao mesmo tempo ir mais longe e pôr na Lei direitos básicos que dignifiquem a profissão do vigilante.

São 5 pontos essenciais que é urgente rever seja pela contratação coletiva seja através de alterações à lei geral de trabalho:

1- Aumento geral dos salários, 90 euros mensais, ou 3 euros por dia é o mínimo aceitável.

2- Horários Dignos – As empresas preferem abusar nas horas extra em vez de contratar pessoal. Horas extra

pagas como trabalho extraordinário. Feriados pagos como deve ser.

3- Valorização do trabalho por turnos/nocturno – Alargamento do período nocturno (20h00 às 7h00), criação de um subsídio de turno, atecipação da reforma, 1 dia extra de férias por cada 3 anos de trabalho neste regime, entre outras medidas.

4- 35 horas para todos – Defendemos a redução do horário de trabalho para todos

5- Valorização das Carreiras – As medidas fundamentais como a criação de uma carreira profissional para o vigilante. Reposição das diuturnidade.

Todos à manifestação Nacional da CGTP, de dia 20 de Novembro, às 15h no Marquês do Pombal, é urgente dar resposta aos problemas dos trabalhadores e do País, é também nas ruas que se defendem mais direitos e melhores salários.

Perguntas

Sobre as soluções de que o País precisa

O PCP esteve apenas a arranjar desculpas para rejeitar o Orçamento?

O PCP bateu-se pela resposta aos problemas do País. Enquanto outros preferiam acenar com eleições e com a crise, o PCP bateu-se por encontrar soluções para o que pesa na vida dos trabalhadores e do povo: do seu salário aos seus direitos, do direito à saúde ao acesso à habitação, das condições de vida de pais e filhos à protecção aos idosos e reformados. É a profunda insuficiência de respostas a estes problemas, no Orçamento e para lá dele, que determina a opção final do PCP.

É o Governo que tem de responder ao que até agora recusou.

O que é que mudou para o PCP alterar agora o seu sentido de voto?

O PCP manteve em todos os momentos a sua coerência, respondendo sempre ao que era imperioso responder nas condições concretas de cada momento. Em 2015 para travar o rumo de desastre da troika e abrir caminho à defesa, reposição e conquista de direitos. Em 2021 para enfrentar a epidemia, proteger salários, garantir apoios, assegurar o acesso à saúde. Hoje, passado o pico da epidemia e quando existem meios financeiros para encarar a resposta que não pode ser adiada, é possível combater o avolumar dos problemas e abrir perspectivas de solução.

O PCP descobriu agora as limitações das opções do PS?

Não, tivemo-las sempre presentes, até porque essas opções condicionaram o que se podia ter avançado. Em cada ano, na discussão de cada Orçamento do Estado, o PCP assinalou que os avanços alcançados encontravam um espartilho crescente na prioridade que o PS dava ao défice em detrimento dos interesses dos trabalhadores e do povo.

Mesmo assim, persistimos e demos uma contribuição decisiva para cada avanço conseguido. Uma prova de que só com o PCP é possível fazer avançar direitos e condições de vida.

É verdade que só agora é que o PCP trouxe para a discussão orçamental matérias que estão para lá do Orçamento?

Essa é uma ideia falsa. Logo em 2015, o PCP insistiu para que ficasse inscrita a eliminação das normas gravosas da legislação laboral. O PS recusou porque os seus compromissos não são com os trabalhadores. Reiteradamente, ao longo das duas legislaturas, o PCP propôs o aumento significativo do Salário Mínimo Nacional – que o PS, com o apoio de PSD e CDS, recusou. O PCP assinalou em cada ano a necessidade de aumentar os salários da Administração Pública, mesmo nos anos em que se procedeu a uma eliminação de cortes de vencimentos impostos por PSD e CDS.

O Governo diz que respondeu como nunca às questões colocadas pelo PCP.

É verdade?

Não! O Governo não saiu do valor do Salário Mínimo Nacional, manifestamente insuficiente, que já tinha anunciado em Março.

Perante a urgência de medidas para fixar profissionais no SNS através da dedicação exclusiva e nas zonas carenciadas em saúde, que o PCP defendeu, o Governo respondeu com uma medida redonda sem qualquer efeito na travagem da destruição que está em curso no SNS.

Em vez de assumir a revogação da caducidade da contratação colectiva, o Governo admitiu a sua suspensão procurando embrulhá-la com condições que não garantem a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Quando é indispensável garantir o direito à habitação, o Governo ignorou por completo as propostas do PCP para controlar os custos da habitação e dar estabilidade aos contratos.

As propostas de fixação de professores ficaram sem qualquer resposta. A Escola Pública não se defende e valoriza prometendo auxiliares de educação que, ano após ano, não se contrata. A resposta ao aumento extraordinário das reformas deixa de fora parte dos que mais descontos fizeram na sua vida, já para não falar na ausência de qualquer consideração para a eliminação dos cortes nas longas carreiras contributivas.

e respostas

precisa e que a proposta de OE não dá

Mas então este não é o Orçamento em que o PS mais cedeu ao PCP?

Essa afirmação só serve para a propaganda do PS e esconder a falta de respostas ao País.

Veja-se, por exemplo, a posição do PS sobre o aumento do SMN, que é a mesma que já estava inscrita no seu programa eleitoral. O PS recusou ainda a revogação das normas gravosas da legislação laboral, a valorização de carreiras e das profissões, medidas para garantir o direito à habitação, medidas para taxar o grande capital, medidas para travar a destruição do SNS, medidas para criar redes públicas de creches e de lares, medidas para defender os sectores produtivos e as micro, pequenas e médias empresas. Acresce que uma boa parte das medidas inscritas no OE não tem qualquer alcance prático.

Carlos César acusou o PCP de apresentar propostas impossíveis como a de 850 euros de Salário Mínimo Nacional em Janeiro. É verdade?

Não! O aumento dos salários e do SMN são um factor de desenvolvimento económico, melhoria das condições de vida, combate à pobreza. Necessário e possível. Mas a verdade é que o PCP, conhecidas as resistências do PS quando se fala em trabalhadores, propôs um valor que ficasse a meio do caminho entre o que o Governo pretende e o que o PCP defende – 755 euros em 1 Janeiro, garantindo

fechar o ano de 2022 com 800 euros. Foi isto que o PS recusou

Este orçamento garante alívio fiscal às famílias, aumento de pensões e de salários da Administração Pública e mesmo assim o PCP vota contra?

Ao contrário do que era preciso, no plano fiscal a proposta de OE não alivia os mais fracos nem tributa mais os mais fortes. As medidas fiscais do OE não se traduzem em mais justiça fiscal. Os trabalhadores da Administração Pública e muitos pensionistas não vão recuperar poder de compra.

Mas ainda que se considere outras medidas avulsas que o Governo inscreveu no Orçamento, o problema é que não há uma resposta global que impeça que o País esteja, daqui por um ano, pior do que está hoje. É pela ausência dessa resposta global, que aponte um caminho de desenvolvimento, que o PCP votou contra.

O PCP quer mesmo pôr em causa as contas certas do País?

As contas certas exigem respostas à generalidade dos trabalhadores, dos reformados e dos dois milhões de portugueses na pobreza.

Contas certas, sim! Que propiciem à vida de cada um, salários e reformas que permitam pagar a habitação, fazer face à alimentação, dar creche aos seus filhos, comprar os medicamentos, aquecer a casa no inverno.

O Governo usa a falsa ideia de «contas certas» para tapar a sua submissão às imposições da União Europeia que limitam e impedem a resposta aos

problemas do País. As propostas que o PCP apresentou implicam despesa, mas também receita, assim se queira ir buscá-la aos elevados lucros, património e dividendos em vez de os deixar fugir para paraísos fiscais.

O PCP não está a abrir a porta à direita?

O que abre a porta à direita é a falta de resposta aos problemas.

Se há quem tenha autoridade no travar do passo à direita é o PCP. Foi o papel decisivo do PCP que afastou PSD e CDS do poder em 2015, quando o próprio PS já o aceitava como inevitável.

Quem não tem autoridade para agitar o «perigo» da direita é o PS que, mesmo nestes anos, em questões decisivas votou com o PSD, CDS e seus sucedâneos, contra as propostas

O PCP teme eleições?

O PCP esteve, até ao último momento, concentrado nas soluções para os problemas. Cálculos sobre eleições foi papel de outros. Mas, se convocadas, o PCP vai enfrentá-las com confiança.

Se há questão que ficou provada nos últimos anos é que cada voto, cada eleito do PCP e da CDU, são postos ao serviço dos trabalhadores e do povo, seja em que circunstância for. O que fica claro é que o PCP e a CDU têm de ter mais força para que se responda às aspirações dos trabalhadores e do povo.

O PCP é a força da alternativa às opções de classe do PS e aos projectos reaccionários de PSD, CDS e dos seus sucedâneos.

Valeu a pena lutar contra o despedimento encapotado, dos Vigilantes do Ministério das Finanças

Decidimos publicar esta importante vitória dos trabalhadores da Vigilância do Ministério das Finanças, apesar de já ter ocorrido há 5 meses, porque representa uma travagem no processo de transmissão de estabelecimento fraudulento.

Este despedimento encapotado ou transmissão de estabelecimento fraudulenta que ocorreu no início de julho do corrente ano, preparava-se para deixar no "limbo" mais de 10 vigilantes da Securitas que foram transmitidos para a empresa Ovisegur e esta não os aceitava, e tendo já cerca de 5 vigilantes para fazer o serviço. Breves pesquisas na net, sobre a Ovisegur uma empresa formada há muito pouco tempo, deixavam bem

claro, praticas burla condenadas criminalmente.

Devido à união e luta destes trabalhadores, demonstrando desde o primeiro momento grande resistência, tendo lutado pelo posto de trabalho e apresentando-se todos os dias ao serviço; chamaram a atenção da comunicação social; pediram a intervenção do sindicato e da ACT, e tiveram o apoio do PCP para denunciar junto da Assembleia da República esta grave injustiça.

Perante a exposição mediática, o Ministério das Finanças para não ficar mal visto, decidiu ficar com os vigilantes que aí prestavam serviço, especulamos nós que a Ovisegur não pretendia lá meter 10 vigilantes, mas sim metade a fazer o dobro das



Valeu a pena lutar
Os trabalhadores da securitas no ministério das finanças, mantiveram o posto de trabalho

horas.

E assim os vigilantes venceram e voltaram a apresentar-se ao serviço, quase um mês depois, como Securitas. Que sirva de exemplo aos vigilantes, a impunidade destes patrões tem de acabar. A Luta continua

PCP questiona na Assembleia da Republicas, acerca dos problemas dos vigilantes do Metro de Lisboa

Os trabalhadores da vigilância do Metro que trabalham atualmente para a empresa 2045, trabalham muitas horas, geralmente mais do que as 40 semanais, em muitas das estações sujeitos a más condições de trabalho, riscos para a sua segurança pessoal, e não são minimamente recompensados.

No contacto com diversos vigilantes que trabalham para o metro, foi longa a lista de problemas que detetamos. Ficou decido fazer-mos uma denuncia séria, começando por questionar os Ministérios do Ambiente e do Trabalho. Sendo urgente marcar um plenário sindical, e construir um caderno reivindicativo.

- A não existência de livro de composição de turnos ou de uma escala de serviço por cada posto, que é

obrigatória e não existe. Esta é uma falha grave, supostamente estão todas centralizadas, mas é algo meramente fictício e não acessível aos vigilantes. ACT foi chamada, mas no momento chave é sempre possível, contornar o problema.

- problema das escalas, encaixa um outro fundamental, os horários. O normal é haver trabalhadores que fazem mais do que 173 horas mensais (40 horas semanais), e as horas extras são pagas pelo valor da hora normal. Isto deve-se essencialmente à falta de pessoal nos postos

- Há uma generalizada falta de condições a começar pelos balneários, sanitários, ou nas salas dos vigilantes, apesar de haver diferenças de estação para estação. Falta também uma caixa

de primeiros socorros na generalidade dos postos. Faltou o material de proteção individual durante o período da pandemia, e é ainda de referir as falhas básicas no fardamento, e no calçado.

- Realçam também problemas que são de âmbito mais geral de toda a vigilância, e o continuado desrespeito pela lei geral do trabalho. Relativamente ao trabalho nocturno, existem vigilantes a fazer mais de 5 noites seguidas de horário nocturno, e por outro lado existem vigilantes com mais de 55 anos a fazer horário nocturno. Nas férias não só não é dada a majoração dos 25 dias, como ainda a empresa se aproveita para abusivamente aplicar o conceito de 11 dias são do trabalhador, os outros 11 são do patrão marcando a seu real prazer, não existindo um plano de férias.